

Atritos na negociação com os bancos

por Celso Pinto
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, decidiu responder, em declaração oficial, sexta-feira, ao que classificou de ameaça de endurecimento na posição dos bancos credores caso o Brasil não se disponha a fazer nenhum pagamento de juros. O Brasil só fará pagamentos se tiver reservas suficientes e se o acordo com os bancos estiver caminhando bem.

A própria decisão de responder aos bancos publicamente foi classificada por um assessor do ministro, ouvido por este jornal, como um passo além numa escalada de endurecimento da postura brasileira na negociação. E algo que começou a cristalizar-se a partir dos resultados pouco animadores obtidos na recente rodada de conversações com os credores nos Estados Unidos.

Dois qualificados assessores da área econômica disseram que a opção por

uma solução mais radical para a dívida, algo que Bresser tem chamado de "alternativa heróica", tem sido examinada com crescente simpatia no Ministério da Fazenda. A análise feita ali é de que a receptividade dos credores aos termos propostos pelo Brasil para uma negociação convencional tem sido mínima.

Como o ministro e o Palácio do Planalto, pelo que apurou este jornal, consideram as premissas brasileiras como rígidas (o ponto principal é que o acordo com o FMI não preceda o acerto com os bancos), a possibilidade de um impasse tem sido encarada como provável. Neste caso, são muito grandes as chances de o Brasil ampliar a moratória, incluindo os juros devidos aos bancos oficiais e a organismos internacionais, ou optar por uma saída que um assessor chama de "unilateral esclarecida".

O que Bresser tem classificado de "alternativa heróica" seria aproveitar o deságio com que os empréstimos brasileiros têm sido negociados (cerca de 45%) e trocar a dívida por títulos de longo prazo. O total dos títulos seria equivalente ao valor da dívida menos o deságio, ou parte dele, e, idealmente, os papéis teriam a garantia do Banco Mundial.

O problema é que são praticamente nulas as chances de o Banco Mundial aceitar um esquema desse tipo a curto prazo. Bresser constatou esse fato em todas as conversas que manteve com autoridades, há quinze dias, nos Estados Unidos. Portanto, o mais provável é que, se o Brasil resolvesse adotar a solução não convencional, acabaria tendo de fazê-lo de forma unilateral, não negociada.

E um lance arriscado, que um dos assessores do governo considera improvável a curto prazo. O fato, contudo, que ele reconhece é que as expectativas de uma solução rápida deverão ser frustradas, há uma escalada de endurecimento e uma crescente tentação por saídas não ortodoxas. "É uma rota que não tem luz", compara a fonte.

A declaração pública de Bresser, sexta-feira, transmitida por seu secretário de comunicação social, Francisco Baker, foi motivada por uma reunião dos

bancos credores, quarta-feira, em Nova York. Um alto funcionário de um grande banco norte-americano disse a este jornal, por telefone, que a reunião foi convocada pelo comitê assessor dos bancos credores para comunicar aos bancos regionais os resultados dos recentes contatos entre o comitê e as autoridades brasileiras.

Este procedimento tornou-se habitual. No passado, logo depois da crise da dívida em 1982, houve problemas no relacionamento entre os grandes bancos e os médios e pequenos, por falta de comunicação e consulta entre eles. A reunião de quarta-feira foi feita no Manufacturers Hanover, exatamente porque este é o banco que preside o comitê de contatos com os bancos regionais.

O resultado do encontro, pelo que informou o Ministério da Fazenda, foi comunicado, por telefone, às autoridades brasileiras por representantes do comitê assessor. Segundo a declaração oficial, conforme relato do repórter

(Continua na página 20)